



Público

18-12-2018

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Justiça

Dimensão: 1556 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 8/9

8 • Público • Terça-feira, 18 de Dezembro de 2018

POLÍTICA

PSD de Rio ficou só contra a ministra, a PGR, Marques Mendes e o PS

Direcção do partido acusa Marques Mendes de falta de ética, por ter dito que Rio é igual a Sócrates no desejo de controlar a justiça. Procuradora Lucília Gago ameaça demitir-se, se mudar a composição do Conselho Superior do Ministério Público

Ministério Público
Alvaro Vieira
e Margarida Gomes

No dia em que a procuradora-geral da República sugeriu que se demitirá se os magistrados perderem a maioria no Conselho Superior do Ministério Público, e em que a ministra da Justiça, que introduziu a questão na agenda, deu o assunto por encerrado, o PSD de Rui Rio deixou bem claro que não se importa de ficar sozinho na defesa da ideia de que se deve evitar o autogoverno das magistraturas. E à boleia da polémica da composição do CSMP assumiu uma ruptura violenta com o ex-líder do partido e comentador Luís Marques Mendes, que no seu espaço de opinião dominical na SIC-Notícias, afirmou que Rio é igual a Sócrates no desejo de controlar a comunicação social.

Em declarações ao PÚBLICO, Rui Rio fez ontem questão de vincar que a questão da composição do CSMP nem foi suscitada agora por si. “O tema está na agenda política, porque a senhora ministra apresentou na Assembleia da República uma proposta de Lei para alterar o Estatuto do Ministério Público”, disse o líder do PSD, assumindo, contudo, que “sempre” defendeu alterações nesta matéria. “Ando há mais de uma década a falar que os conselhos superiores da justiça devem ser compostos por uma maioria de membros independentes, oriundos da sociedade civil; em nome da transparência democrática e de uma fiscalização ‘descorporativizada’. Tentar que se confunda isto com tutela política é um discurso populista, que visa aproveitar-se do desconhecimento das pessoas”, defendeu o social-democrata.

No texto que assina na página ao lado, a porta-voz do Conselho Estratégico Nacional do PSD para a área da Justiça, a advogada Mónica Quintela, também se insurge contra quem, como o presidente do Sindicato do

Magistrados do Ministério Público, António Ventinhas, vê na intenção de acabar com a maioria de magistrados escolhidos pelos pares no CSMP uma tentativa de os controlar.

As declarações de Rio e o artigo de Mónica Quintela foram produzidos antes ainda de, a meio da tarde, na sessão de tomada de posse da nova procuradora-geral distrital de Coimbra, a procuradora-geral da República, Lucília Gago, ter abordado a questão. E com estrondo, com uma ameaça de demissão pouco subtil.

“Qualquer alteração relativa à composição do Conselho Superior do Ministério Público que afecte o seu actual desenho legal, designadamente apontando para uma maioria de membros não-magistrados, tem associada grave violação do princípio da autonomia”, afirmou Lucília Gago no discurso que levou a Coimbra. E acrescentou que qualquer mudança nesse sentido representaria uma “radical alteração dos pressupostos que determinaram” a aceitação que fez do cargo de

procuradora-geral da República.

A composição do CSMP entrou para agenda política há cerca de duas semanas. Numa altura em que o Parlamento discutia uma proposta de alteração ao Estatuto do Ministério Público, apresentada, em nome do Governo, pela ministra da Justiça, Francisca Van Dunen, o deputado do PS, Jorge Lação, defendeu a necessidade de alterar “os critérios de representação no Conselho Superior do Ministério Público”. E criticou a ministra por a proposta de estatuto apresentada manter o equilíbrio de forças vigentes no CSMP: 12 procuradores e sete não magistrados.

Jorge Lação foi, no entanto, desautorizado pelo PS. O deputado Filipe Neto Brandão, vice-presidente da bancada socialista, esclareceu a posição do seu partido. “Os órgãos de gestão das magistraturas não devem ter uma maioria de não-magistrados. Como tal, o grupo parlamentar do PS nunca propôs (nem propõe ou secundará) qualquer proposta que vise colocar os magistrados em minoria no CSMP”, reafirmou o deputado ao PÚBLICO, acrescentando que “o princípio da autonomia do MP é um princípio estruturante do Estado de Direito Democrático”.

E ontem também a ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, garantiu que eventuais alterações à composição do CSMP passaram a ser “uma não questão” e que “está tudo esclarecido”. À tarde, na cerimónia de entrega dos prémios do concurso “77 Palavras Contra a Discriminação Racial”, em Lisboa, a ministra reiterou que “não é intenção do Governo, nem faz parte do programa do executivo, fazer qualquer alteração” ao CSMP.

“A partir do momento em que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esclareceu o sentido da intervenção do deputado Jorge Lação naquela interpelação parlamentar, que basicamente foi um elencar de questões e não propriamente uma lógica de avançar nesse



Ruptura violenta com Marques Mendes

O vice-presidente do PSD, David Justino, acusou ontem Marques Mendes de “falta de ética” e de ter insultado Rui Rio, ao afirmar que este e Sócrates eram “irmãos siameses”. No domingo, na SIC-Notícias, Marques Mendes afirmou que “as propostas do PSD — inicialmente com o apoio discreto do PS”, para mudar a composição do CSMP têm na prática um objectivo: controlar a acção do Ministério Público. “Em Portugal há dois políticos iguais na vontade de controlar a justiça e a comunicação social: José Sócrates e Rui Rio. Nessa

matéria, eles são verdadeiros irmãos siameses (...)”, disse Marques Mendes.

“Ultrapassou todas as linhas vermelhas entre o que é um actual presidente do PSD e um antigo presidente do PSD”, criticou ontem David Justino, também na SIC Notícias, acusando Marques Mendes de ter entrado no “insulto” e de fazer críticas baseadas em “factos falsos”. “O doutor Marques Mendes gosta muito de dar lições sobre como fazer oposição, mas na verdade o que está a fazer é a levar o Governo ao colo”, acusou ainda.

“
[Marques Mendes]
Ultrapassou
todas as linhas
vermelhas entre
o que é um actual
presidente do
PSD e um
antigo
presidente
do PSD

David Justino
Vice-presidente do PSD





sentido, nós temos aqui uma não questão”, comentou a governante”.

Recorde-se que também Joana Marques Vidal, a antecessora de Lucília Gago na Procuradoria-Geral da República, declarou na sexta-feira que alterar a composição do CSMP, o órgão de tutela dos procuradores, tornando maioritários os membros indicados pelo poder político, poderá pôr em causa a independência dos tribunais.

As declarações iniciais de Jorge Lacão e o apoio que mereceram por parte do PSD suscitaram fortes críticas por parte do presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP), António Ventinhas, que ameaçou já com a marcação de uma greve em Fevereiro, ainda em moldes a discutir.

À noite, na SIC-Notícias, o vice-presidente do PSD, David Justino,

crítico duramente Marques Mendes (ver caixa) e a posição assumida por Lucília Gago, acusando-a de ter feito uma “pressão quase inqualificável sobre um órgão de soberania eleito pelos portugueses, que é a Assembleia da República”. E recordou que existe uma maioria de não-magistrados no Conselho Superior de Magistratura e noutros órgãos congêneres do CSMP na Europa.

David Justino admitiu que a posição que o PS acabou por assumir obriga os sociais-democratas a reavaliar, com “realismo”, se há condições para avançar com propostas sobre o CSMP, que já se sabe que não prevalecerão. Mas sublinhou que não será por sozinho que o PSD alterará as convicções.

avieira@publico.pt
margarida.gomes@publico.pt